

A INFRAÇÃO DAS LEIS E DA CISHETERONORMATIVIDADE: INFÂNCIAS, CERCAMENTOS E PRIVAÇÕES DE LIBERDADE

Mateus Junior Fazzioni

Artista da cena, professor e pesquisador de teatro. Graduado em Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGAC/CEART/UDESC). Arte-educador na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (SED-SC) no ano de 2021. Atualmente atua como pesquisador no Grupo de Estudos sobre Teatro e Infâncias (GETIs/CNPq) e como performer pesquisador no Grupo performATIVAS. Tem interesse na área de Artes e pesquisas relacionadas a Teatro, Performance, Processos Colaborativos, Pedagogia das Artes Cênicas, Estudos da infância e Estudos Queer.

Laís Jacques Marques

Artista da cena, professora e pesquisadora de teatro. Mestra em Teatro pelo Programa de Pós-Graduação em Teatro (PPGT) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutoranda pelo mesmo programa. Bacharela em Artes Cênicas com ênfase em Interpretação Teatral pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Licenciada em Teatro pela mesma instituição. Integra, desde 2019, o grupo de pesquisa e extensão Infiltrações das Artes Cênicas em espaços de privação e restrição de liberdade (CNPq). Interessa-se pelas áreas da Pedagogia do Teatro junto à juventude, pelo Teatro em sistemas socioeducativos e pelo Teatro praticado em espaços de privação e restrição de liberdade.

RESUMO: O presente artigo reflete os atravessamentos artísticos e pedagógicos das relações entre infâncias e desvios. Objetivamos perceber o que pode o teatro num contexto em que as infâncias não hegemônicas são privadas de expressão e de subjetividades. De um lado, jovens em internação por conflitos com a lei e, de outro, crianças dissidentes do sistema sexo-gênero. Infâncias socialmente compreendidas como desviantes de normas, sejam leis judiciais ou morais. No primeiro momento do escrito nos apresentamos e contextualizamos os campos em que nos inserimos. Em seguida, apresentamos um panorama de estudos sociológicos que abordam diferentes concepções de infâncias e os conceitos de menor e de jovem. Em seguida, provocamos questionamentos referentes aos cuidados e proteções para com as infâncias. Após, trazemos nossas ações e o que, delas, acreditamos ser relevante para a sensibilização dos temas supracitados. Por fim, abrimos novas questões no intuito de convidar a pessoa leitora a participar das mudanças que desejamos vivenciar.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia das Artes Cênicas; Infâncias; Privação de liberdade; Dissidência de gênero; Sistema socioeducativo.

RESUMEN: Este artículo refleja los cruces artísticos y pedagógicos de las relaciones entre infancias y desviaciones. Nuestro objetivo es comprender lo que el teatro puede hacer en un contexto en el que las infancias no hegemónicas están privadas de expresión y subjetividades. Por un lado, jóvenes detenidos por conflictos con la ley y, por otro lado, niños disidentes del sistema sexo-género. Infancias socialmente entendidas como desviadas de las normas, ya sean leyes judiciales o morales. En el primer momento de escritura nos presentamos y contextualizamos los campos en los que nos desenvolvemos. A continuación, presentamos un panorama de los estudios sociológicos que abordan diferentes concepciones de infancia y los conceptos de menor y juventud. A continuación, planteamos interrogantes sobre el cuidado y la protección de los niños. Posteriormente, traemos nuestras acciones y lo que, de ellas, creemos relevante para la concientización de los temas mencionados. Finalmente, abrimos nuevas preguntas para invitar al lector a participar de los cambios que deseamos experimentar.

PALABRAS CLAVE: Pedagogía de las Artes Escénicas; infancias; Privación de libertad; disidencia de género; Sistema socioeducativo.

*"Gostaria de te acordar com beijos
e boas notícias
- o sol saiu,
os pássaros comemoram,
as crianças brincam no pátio,
vem visita de longe,
ninguém mais vende seu trabalho,
ninguém manda sem trabalhar.*

*Mas o inimigo ainda é soberano,
está por todos os lados
e dentro de nós.
Nos submete
e inverte todas as coisas:*

*nosso suor vira o seu produto,
uma pequena parte vira o nosso preço
e não conseguir ficar rico
vira um fracasso individual.*

*Cultura vira ideologia,
cooperação vira concorrência,
nosso amor vira controle,
sexo vira violência.*

*O que era tempo vira trabalho,
o que era nosso vira alheio,
o que era história
vira esquecimento.*

*Gostaria de te acordar com carícias,
e boas notícias,
mas ainda há muito pra ser feito.*

*Estamos cansados, você diz,
foram tantas derrotas...*

*somos poucos e estamos
pior do que antes,
o inimigo matou
os que não pôde cooptar.*

*Gostaria de te consolar com um abraço
e boas notícias,
mas você tem razão
- somos poucos e estamos cansados,
no entanto ninguém,
senão nós,
poderá fazê-lo.*

*Nós, com todos os nossos defeitos,
com nosso cansaço,
com as marcas da derrota,
com nossos mortos por vingar.*

*Com toda a escuridão
por cima dos ombros
nos curvando,
com a potência de derrubar toda ela
ao levantar."*

Aos que desanimam, de Golondrina Ferreira em Poemas para não perder (2020).

AS NOTÍCIAS QUE TEMOS: PARA INTRODUIZIR

Comecemos do início. Adiantamos que, aqui, falaremos de infância(s). Não daquelas que aparecem costumeiramente nos comerciais de televisão, em uma mesa com familiares, tomando suco de laranja no café da manhã antes de ir para a escola, aquelas infâncias de uniformes limpinhos, brancas e felizes... Não. As infâncias a quais nos referimos são vistas em outros programas televisivos, naqueles que jorram sangue pela tela.

Antes de definirmos a concepção de infância que investigamos aqui, nos apresentamos. Somos artistas que pesquisam, teórica e praticamente, as relações entre a sensibilidade do ato de se praticar teatro com as infâncias costumeiramente ignoradas pela sociedade. Crianças dissidentes de gênero e jovens em conflito com a lei, igualmente vistos socialmente como infratores de leis morais e judiciais estabelecidas.

Por que tais temas nos interessam? Bem, precisamos dizer (porque gostamos de dizer) somos pesquisadoras marginais - minorias subalternizadas em um sistema heteronormativo, branco, patriarcal e neoliberal, detentor de poder econômico e consequentemente social -, pessoas assumidamente defensoras da liberdade individual e

coletiva de comunidades igualmente marginais, como a nossa. É daqui que falamos e, como diria o filósofo espanhol Paul B. Preciado (2020), somos os “piores”.

A essas crianças e jovens, dissidentes e infratores a quem nos interessa visibilizar por meio do teatro, essas que infringem leis morais, sociais e judiciais na infância e adolescência, é de praxe, segundo ideário hegemônico, que se adote medidas disciplinares, não necessariamente jurídicas (no caso de dissidentes de gênero) mas disciplinares socialmente, que prezam pela manutenção da heteronormatividade e pela pacificidade em eventuais “rebeldias juvenis”. Sobre a medida disciplinar a que nos referimos, sabemos, através de estudos do cientista social brasileiro Edson Passetti (1987) que:

[...] se fundamenta na ideia de absorver as energias econômicas dos corpos, para com isso minar as suas energias políticas, destruindo a capacidade de contestação, ao mesmo tempo que acelera o processo de trincamento da identidade dos sujeitos, endereçando-os à loucura e ao suicídio. O rigor disciplinar revela o poder da autoridade e os limites da liberdade (PASSETTI, 1987, p. 22).

Nos interessa, enquanto professoras de teatro, pessoas que se dedicam a sensibilizar corpos tão cedo marcados pela rejeição social, pensar em como romper com o processo de trincamento das identidades dos sujeitos, os quais se refere Passetti. Falaremos sob a perspectiva de quem acredita que a arte é aliada na busca por liberdade – palavra cara a nós.

Se perspectivamos que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo² e que, segundo a UNICEF, nos últimos cinco anos, cerca de 35 mil crianças e adolescentes foram mortas violentamente no país³, podemos inferir que muitas desses atos estão relacionados a violências de gênero, discriminação, abusos sexuais e sobretudo racismo. Além disso, sobre a internação de jovens em sistemas socioeducativos, sabe-se que no território brasileiro “há atualmente 330 instituições e cerca de 18.068 jovens

2 O assunto é tratado em matéria de Priscila Cardoso em 14/09/2021 para o sítio eletrônico Agência de Notícias das Favelas. Acessado em 13/01/22 e disponível em: <https://www.anf.org.br/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-da-comunidade-lgbtqia-no-mundo/>

3 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em matéria de Fábio Bittencourt e Alessandro Lucchetti. Publicado em 22 de outubro de 2021. Acessado em 09/12/21 e disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>

internos(as), de ambos os gêneros, e que ocupam 16.161 vagas ofertadas, superando a lotação em 111,91%” (BRASIL, 2019, apud MARQUES, 2021, p. 15).

Em sua maioria, a juventude internada é de pessoas negras, pobres e moradoras de favelas e que são vistas a partir das leis que infringiram. Com isso, compreendemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) foi criado numa tentativa de suprir essas ausências e de conferir direitos de liberdade e proteção a todos os sujeitos menores de 18 anos. Contudo, como apontam Barbosa e Santos (2017, p. 253),

se, na teoria, tais direitos se estendem a todas as crianças, na prática, observamos que a criança negra e pobre, que antes era escrava, se torna menor e a criança branca, das classes média e alta, permanece sendo criança. Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente concede direitos à criança e punições ao menor.

Deste modo, em relação às dissidentes, pode-se inferir que muitos dos direitos estabelecidos nos documentos oficiais não protegem crianças que desviam do sistema sexo-gênero imposto pela lógica adulta cisheteronormativa. Pelo contrário, acreditamos que são dessas crianças dissidentes e menores que a cultura hegemônica se protege por meio das normas, instituições, processos regulatórios e políticas de gênero.

Assim, percebe-se que existem noções a respeito da criança e do adolescente⁴ socialmente investidas e aceitas como normais e naturais, fazendo com que todo sujeito que foge à regra, que performa e expressa seu gênero de modo diferenciado ou que infringe uma lei estabelecida, é (in)visibilizado, discriminado e negado de viver sua infância ou juventude em plenitude. Opera-se assim um processo de privação de liberdade, seja aquela privação institucional e judicial imposta aos menores infratores ou ainda a privação de uma liberdade de ir e vir, de ser quem se é, de ser tomado como sujeito promíscuo, não infantil e sexualizado, como é o caso das crianças dissidentes de gênero e sexual.

Partindo destas compreensões, nosso texto está segmentado em três partes. No primeiro, falamos sobre a invisibilidade da(s) infância(s), aqui introduzidas e as consequências dela para jovens desassistidas/os. No segundo, refletiremos a partir da seletividade governamental que define quais infâncias merecem ou não a proteção estatal.

4 No presente estudo não buscamos definir a faixa etária dos sujeitos a que nos referimos. Compreendemos que a menor idade engloba dos 0 aos 18 anos e é dentro desta perspectiva que nos interessa pensar as infrações de leis morais e legais.

No terceiro, tecemos relações com o teatro e sobretudo com o campo da Pedagogia das Artes Cênicas, nas buscas por práticas menos adulto centradas, punitivas e que possibilitem a viabilização das vozes e dos sujeitos (dissidentes e em conflito com a lei). Como conclusão, propomos questionamentos que não visam ser respondidos de imediato mas, sim (e não sem pretensões), que promovam espaço para reflexão e novas questões.

O INIMIGO AINDA É SOBERANO: O QUE PODE O TEATRO?

Considerando o já dito, nos questionamos (e nos movemos para responder pois acreditamos que perguntas são propulsoras de ação): Como incentivar a liberdade em corpos tão cedo marcados pelas normas, morais e judiciais? Seria a arte uma aliada no processo de dar vazão aos seus atravessamentos até então ignorados? Como promulgar a expansão das subjetividades em pessoas privadas de direitos básicos como o de serem ouvidas/os, de possuírem um lugar seguro para morar e de ter alimentação garantida? Como o teatro pode atuar em direção ao protagonismo de tais infâncias? Como ele pode facilitar a visibilidade destas/es crianças e jovens? Como poderia o teatro facilitar na escuta e no acolhimento delas/es? Ou seja, como torná-lo aliado na luta contra a soberania das normatividades higienistas?

Se partimos dos pressupostos do teatrólogo brasileiro criador do Teatro do Oprimido (1977) Augusto Boal (1931 - 2009), de que o teatro pode ser um ensaio da revolução, nossas práticas artístico-pedagógicas representam faíscas capazes de acender a chama revolucionária nos corpos e corpos que ali habitam. Quando reparamos que a “crise” não é só política, mas também estética, encontramos o ponto crucial da pedagogia das artes cênicas nessa luta. Nossa tarefa seria, portanto, a de instaurar espaços e práticas que invistam no caráter estético e dialógico, assim como capaz de acolher crianças e jovens invisibilizados.

Nesse sentido, nos parece urgente desnaturalizar os processos opressivos e desumanos em que nos inserimos com nosso trabalho. Nossa tarefa passa a ser a de promover práticas de fissuras em escolas públicas e instituições privadas de liberdade de jovens. Que essas atividades teatrais possam quebrar os muros das normas e, de alguma forma, construir pontes com os sujeitos por meio de processos que estimulem o pensamento crítico, o apoio mútuo, a colaboração, a equidade e para promulgar a

liberdade de expressão de todas as pessoas. É justamente sob a invisibilidade que o teatro pode atuar, desenvolvendo, por hora, o protagonismo retirado desses sujeitos.

Em relação a esse pensamento, no presente texto buscamos articular os interesses dos/as dois primeiros/as autores/as, os quais vem desenvolvendo pesquisas teatrais relacionadas a essas temáticas no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGAC/CEART/UDESC).

A temática das crianças em dissidência com o sistema sexo-gênero é abordada na pesquisa de mestrado⁵ do primeiro autor do texto, na qual se investiga a articulação entre estudos da brincadeira, performatividade, Sociologia da Infância, teoria *queer* e a Pedagogia das Artes Cênicas. Com objetivo de problematizar as construções sociais de gênero na infância, a (in)visibilidade e o apagamento das crianças dissidentes e discutir a respeito das “brincadeiras proibidas” para os diferentes corpos infantis. Isso porque, no que diz respeito às crianças dissidentes, percebe-se que é no ato de brincar que elas vão sendo vigiadas e reguladas a lógica adulta da cisheteronormatividade.

O projeto está vinculado ao *Grupo de Estudos Sobre Teatro e Infâncias* (GETIs/CNPq)⁶ e está centrado no desenvolvimento de experimentos brincantes com crianças em escolas públicas da cidade de Florianópolis - SC. O que se busca é adentrar o espaço no qual as crianças brincam e participar das suas brincadeiras ao invés de impor regras e julgar suas criações, como forma de mapear as brincadeiras proibidas para esses infâncias e propor formas de intervenção através de abordagens pedagógico-teatrais.

Em relação ao teatro feito com jovens em privação de liberdade, a segunda autora do texto desenvolve ações em sistemas socioeducativos do sul do país desde 2018. Iniciou na cidade de Santa Maria – RS, migrou para Florianópolis – SC onde a rede se ampliou para pousar em Porto Alegre – RS e, agora (2022), inicia o processo de tessitura de mais um fio desta teia em Chapecó – SC. O projeto faz parte das atividades do grupo de pesquisa e extensão *Teatro e prisão: infiltrações das artes cênicas em espaços de*

5 Pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Diego de Medeiros Pereira.

6 O grupo é coordenado pelo Prof. Dr. Diego de Medeiros Pereira e investiga diferentes práticas artístico-pedagógicas, com foco na linguagem teatral, realizadas com e para crianças. O GETIs propõe analisar e debater os rumos da criação teatral contemporânea voltada à infância, bem como as práticas de ensino do teatro direcionadas a esse público buscando posteriores interlocuções e experimentos teatrais que possam ser compartilhados em diversos espaços da Educação Infantil e Séries Iniciais da rede de educação pública.

*vigilância*⁷ e o relatado aqui, é parte da pesquisa de mestrado da autora e segue sendo sua investigação no doutorado.

Com o apoio da Universidade, foi possível realizar práticas semanais e virtuais de teatro, além de mediar o processo de espectador/a de jovens em internação e peças teatrais apresentadas no campus da Udesc e no próprio sistema socioeducativo⁸. A partir das ações, recebemos retornos como o da jovem Duda, que segue:

Eu nunca tinha ido em alguma peça de teatro ou até mesmo feito uma. Quando fui pra Florianópolis conheci [...] pessoas maravilhosas que eu tive o prazer de [...] trabalhar junto. Eles me ensinaram bastante coisas que eu não sabia que conseguia. Me ensinaram a ter contato visual pois eu não conseguia falar com alguém olhando diretamente nos olhos das pessoas e o teatro me ajudou muito nisso! Depois veio as peças de teatro que foi muito da hora, as pessoas muito bem concentradas no trabalho delas, fiquei impressionada com a capacidade deles de gravar todas as frases da peça, achei muito engraçado... O teatro fez bem pra mim pois ali eu pude me expressar, pude agir como eu realmente sou sem medo de me julgarem por fazer errado, etc. Acredito que o teatro ainda vai mudar a vida de muita gente! (MARQUES, 2021, p. 123)

Assim, as práticas teatrais desenvolvidas em espaços de privação de liberdade, escolas e comunidades podem lançar novos olhares para sujeitos privados de sua liberdade, dissidentes, de modo a escutar suas narrativas, vivências e histórias e criar novas. Nos percebemos abrindo brechas e fissuras na lógica opressiva e punitiva das instituições, a fim de instaurar espaços potentes, criativos e relacionais.

CRIANÇAS QUE NÃO BRINCAM NO PÁTIO: A (IN)VISIBILIDADE DAS INFÂNCIAS

Historicamente, na cultura ocidental, uma única ideia de infância tem sido investida e trazida à luz (mesmo que ainda também se encontre invisibilizada). O fato é que todas as outras crianças que vivem diferentes infâncias daquela tida como normal,

7 O grupo é coordenado por Concilio e desde 2017 realiza ações em presídios e sistemas socioeducativos catarinenses, além de propor semanalmente debates e discussões de assuntos que envolvam ações artísticas em espaços de privação de liberdade.

8 Tais ações podem ser lidas no seguinte artigo: MARQUES, Laís Jacques; CONCILIO, Vicente. Os primeiros contatos de jovens em privação de liberdade com o ato de assistir teatro. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 132-139, nov. 2021. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1266>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

natural e inocente, projetada pelo imaginário social, são ainda mais (in)visíveis tanto no presente como também foram ao longo da história.

No campo da sociologia, o pesquisador canadense Howard Becker na obra *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (2008), refletiu sobre as relações de desviantes e fazedores de normas. Segundo ele, há um campo de forças atuante nas sociedades ocidentais que pode ser visualizado como uma espécie de redoma, capaz de tornar as pessoas que desviam as normas em invisíveis e, ao mesmo tempo, em hiper-visíveis. Invisíveis pois costumeiramente o que incomoda é posto de lado, ignorado e, hiper-visíveis porque se destacam da normatividade, portanto, nos saltam aos olhos. É dessas infâncias que nos referimos. Aquelas que são invisibilizadas e hiper-visadas pelas mídias e pelos olhares curiosos.

Poderíamos a partir disso questionar o que aconteceu com crianças (des)viadas da norma? Quais práticas foram destinadas às crianças menores e dissidentes do sistema sexo-gênero? Em quais locais elas foram encarceradas, privatizadas e institucionalizadas? Quantas delas foram perdidas pelo caminho? E sobretudo a quem interessa o apagamento e a invisibilidade dessas crianças?

Quando nos referirmos ao termo “menor”, amparamo-nos nos estudos de Edson Passetti, o qual na obra *O que é menor?* (1987) apresentou-nos inúmeros fatos para que compreendêssemos, ao longo da história dos direitos e deveres de jovens no Brasil, as distinções entre os termos “menor” e “jovem”. Segundo ele, menores eram crianças advindas de famílias trabalhadoras ou desempregadas que, com o processo de imigração pós-Segunda Guerra, pairavam pelas ruas das capitais atrás de sustento. Passetti (1987) defende ainda, em uma perspectiva foucaultiana, que menor era (e ao nosso ver ainda é) quem merece ser tutelado pelo Estado, quem necessita ser domesticado, vigiado e punido (FOUCAULT, 2014). Já jovens (em sua grande maioria brancos), são aqueles cujas necessidades estão atendidas pelas suas famílias e que, portanto, merecem a proteção estatal e social. Vimos, com ele, que a seletividade iniciou cedo dentro do processo colonizador nacional (PASSETTI, 1987). Há um abismo entre aquelas e aqueles menores e aquelas e aqueles jovens. É como canta o grupo nacional Braza (2016): “Tem racismo? Tem, e um abismo, *man*, entre a cerveja artesanal e o camelô que vem no trem” (We are terceiro mundo, 2016).

Paralelo ao assunto, com o estudo intitulado *Visibilidade social e Estudo da Infância* (2007), o sociólogo português Manuel Jacinto Sarmiento apresenta algumas

concepções construídas historicamente sobre a infância e as imagens sociais criadas a respeito das crianças. Essas imagens são modos adultos de olhar para as crianças em diferentes épocas e contextos, as quais acabam ocultando a participação social das crianças na cultura adulta e em suas próprias culturas infantis (SARMENTO, 2007; CORSARO, 2011). A partir disso podemos concluir que o ser criança esteve definido nas diferentes sociedades ocidentais por diferentes imagens sociais, as quais, segundo Sarmento (2007) são divididas em dois momentos históricos distintos: a visão pré-sociológica e a visão sociológica da infância. As imagens de uma criança pré-sociológica surgem com a modernidade ocidental a partir da filosofia e da ciência e está ligada a “[...] tipos ideais de simbolização histórica da criança” (SARMENTO, 2007, p. 30) que buscam administrar a existência e os cotidianos das crianças. Sarmento (2007) cita as imagens da criança má, inocente, imanente, naturalmente desenvolvida e inconsciente.

Para esse estudo, nos interessa discutir a imagem da criança má em relação oposta à criança inocente. A imagem social de criança má (*the evil child*) está relacionada a teoria de Thomas Hobbes a respeito do controle de tudo que for excessivo e dissidente para o sistema. Assim, as crianças são vistas como indomáveis e com potencialidades para o mal (SARMENTO, 2007). Segundo Sarmento, essa concepção está,

[...] baseada na ideia do ‘pecado original’, a imagem da criança má está associada a toda uma conceptualização do corpo e da natureza como realidades que necessitam de ser controladas: próxima da natureza, não “domesticada” pela razão, mas dominada pelo instinto (2007, p. 30-31).

Na contemporaneidade a imagem de criança má está costumeiramente relacionada a crianças de classes desfavorecidas economicamente, crianças negras e de famílias desorganizadas⁹. Em virtude disso, percebe-se que as crianças menores e dissidentes são tratadas e vistas como más por desviarem das normas judiciais e sociais instituídas, rompendo com a ideia de uma criança inocente e ingênua. Evocam assim, em seus corpos e comportamentos “[...] os ‘perigos’ da sociedade moderna para propor o reforço das intervenções paternalistas e mesmo adoção de medidas de repressão infantil (descida da idade penal, reforço dos regulamentos disciplinares etc)” (2007, p. 31) Ou seja, não se busca entender a criança e suas particularidades e os contextos social, econômico e

9 A utilização do termo “família desorganizada” é definido por Passetti (1987) como aquelas em que as pessoas adultas estão desempregadas e/ou em situação de vulnerabilidade social, em contexto de pobreza e de miséria.

político, mas sim julgar a criança em comparação com a ideia de uma criança inocente, que predominantemente é idealizada como branca e heterossexual.

Além disso, percebemos que as perspectivas construídas sobre as crianças e a infância, na filosofia, na psicologia e na medicina, que permeiam as instituições e o pensamento comum, geralmente são formuladas por uma visão adultocêntrica das crianças como não-adultas, incompletas e incompetentes. Aqui relembramos Passetti (1987) que afirmou: “[...] há quem acredite que um grande abismo separa o mundo dos menores do mundo dos adultos. Na realidade, esta distinção inexistente, porque o mundo do menor é uma continuidade do mundo adulto. Afinal, o adulto cria o menor procurando educá-lo para sua adaptação à sociedade” (p. 9). Esses pensamentos hegemônicos não consideram as crianças como atuadoras sociais plenas de participação, mas sim como indivíduos que precisam ser protegidos e institucionalizados, apagando as singularidades e reforçando a representação abstrata de uma criança universal.

As concepções adultas sobre as crianças evidenciam aspectos estruturais (instituições, normas, valores, crenças etc.) da sociedade e aspectos estruturantes/normatizadores dos corpos e das subjetividades por meio de imposições de gênero e sexualidade, relações desiguais de poder e controle das identidades. Isso faz com que, além de uma invisibilidade histórica, cívica, conceitual, epistemológica, científica e política, da qual fala Sarmiento (2007), ocorra também um epistemicídio dessas crianças da própria história. Queremos dizer que além do apagamento de subjetividades, as crianças dissidentes e/ou em conflito com a lei, quando não são assassinadas ou cometem suicídio, são adestradas por instituições administradas por pessoas adultas.

Percebemos que, nos dias atuais, diferente do que Vasconcelos e Sarmiento (2007) dizem na descrição de seu livro *Infância (in)visível*, a sociedade sabe muito bem que precisa das crianças e é justamente por isso que a infância continua a ser (in)visibilizada. A (in)visibilidade da infância não nos parece algo ocasional, mas sim um projeto político de dominação e controle das crianças reforçado quando se trata de crianças dissidentes e menores - disfarçado na ideia de proteção autoritária das crianças. Assim cabe questionar quem ou o que os autoritários paternalistas protegem? Ou melhor, de quem eles se protegem?

Em primeiro lugar, interessa ao sistema adultocêntrico¹⁰. Em segundo, interessa à lógica adulta, mais precisamente ao pensamento hegemônico, branco, higienista e conservador. Vemos que não há desejo de proteger a todas as crianças, mas sim de manter a ordem desigual estabelecida e, para isso, precisam de crianças obedientes e caladas.

Essas afirmações encontram eco em textos de Passetti, já que disse que: “A rebeldia, de forma organizada ou não, enfrentando o poder estabelecido, pode capturar de volta para os homens [e mulheres] a liberdade aprisionada no Estado” (PASSETTI, 1989, p. 62). É a partir desses enfrentamentos que escrevemos, no intuito miúdo de que registrando as práticas fascistas atuais, neoliberais, possamos apregoar-las. Escrevemos para denunciar o apagamento, o esquecimento seletivo do Estado e da sociedade heteronormativa e punitivista.

QUANDO O AMOR VIRA CONTROLE: INFÂNCIAS GOVERNADAS

Diante do contexto conservador que vivenciamos, quando o assunto é Educação Sexual e de Gênero com/sobre crianças surgem diversos comentários nas redes sociais expondo uma suposta ideologia de gênero¹¹. Estes dizem que as crianças não têm maturidade para falar sobre isso, que não são temas para serem trabalhados, como se elas vivessem em um outro mundo e não sentissem inclusive na própria pele o preconceito e os atravessamentos dos marcadores sociais. Além disso, esse pensamento subestima as crianças, considerando-as sujeitos incompletos e irracionais, sendo destituídas de todas as suas capacidades.

Nesses discursos geralmente aparecem frases como: “Criança é criança”, “Deixem as Crianças em paz”, “Protejam nossas crianças”, etc. Contudo, como já dito, nessas falas existe, muitas vezes, uma falsa ideia de proteção da criança, já que não se busca proteger todas as crianças, mas sim, uma concepção de criança ideal, natural e

10 Vivemos em uma sociedade adultocêntrica pensada a partir da lógica do adultocentrismo que coloca os adultos no centro e no topo das relações sociais. O adulto tem poder de controle e decisão sobre a criança. Segundo Sarmiento (2009, p. 20), adultocentrismo é uma “[...] perspectiva analítica que estuda as crianças a partir do entendimento adulto, das expectativas dos adultos face às crianças ou da experiência do adulto face à sua própria infância” (SARMENTO, 2009, p. 20).

11 Como no caso da medida parlamentar aprovada no Ceará, em que as palavras “sexualidade” e “gênero” foram excluídas do projeto de educação estadual. Mais detalhes podem ser lidos na matéria de Carlos Holanda para o sítio eletrônico O Povo, publicada em 01/07/21. Acessada em 13/01/22 e disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/07/01/em-vitoria-de-evangelicos-na-assembleia-do-ceara--palavras--genero--e--sexualidade--deixam-projeto.html>.

universal sustentado pelo imaginário social dos paternalistas: “[...] a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normatizado. Uma criança privada de toda sua energia de resistência” (PRECIADO, 2020, p. 68). Esse pensamento,

refere-se à ideia de que as crianças devem viver a infância e que esta é o que é, sendo necessários o respeito e a garantia de direitos considerados inerentes a essa etapa da vida. Ora, dizer que a infância é o que é e enfatizar a existência de direitos inerentes supõe estabelecer um único modo de ser criança, desconsiderando diferenças de gênero, classe social, raça, etnia, religião, nacionalidade, entre outras, ou seja, remete a uma noção de essência ou natureza infantil. (HILLESBEIM; GUARESCHI, 2007, p. 76)

Ou seja, estes que dizem defender a criança, tomada a partir da noção de natureza infantil, na verdade não estão em defesa de todas as crianças, não defendem as crianças diferentes, dissidentes, negras ou indígenas. Na verdade, as identidades infantis que destoam da norma (branca e cisheteronormativa) tornam-se uma questão a qual conservadores se defendem, atacam e se protegem, por meio de leis, instituições, punições, discriminações etc. Assim, as crianças dissidentes e menores, por exemplo, são inseridas em processos de normalização e repressão dos seus corpos e comportamentos para que se adequem à infância que conservadores dizem existir e ser natural - já que tais sujeitos fogem do modelo ideal de infância, costumeiramente protegido, projetado e fomentado por eles.

Assim, muitas vezes quem diz cuidar das crianças e defendê-las é quem na verdade invisibiliza a infância e não deixa os sujeitos viverem essa infância em plenitude, experimentação e liberdade (PRECIADO, 2020). Ao trazer à tona tais assuntos, não prevemos a negação da proteção por parte da sociedade, visto que a criança, por exemplo, necessita de cuidados para sua sobrevivência e desenvolvimento físico, psicológico e social. O que buscamos é colocar em discussão e tensionamento os binômios proteção X participação, protagonismo e liberdade das crianças e jovens. Como bem colocou o pedagogo francês Fernand Deligny (2020; 2015), atuante de centros de internação de jovens autistas em conflito com a lei – portanto duas vezes desviantes segundo a ótica hegemônica:

Bem sei, bem sei que é preciso “proteger” a infância. Mas então é preciso tomar mil precauções, pois, quando uma criança atravessa a margem, é muito difícil saber se vai sair ou voltar, se essa “travessia” é uma agressão indiscutível, um delito evidente. E nesse labirinto misterioso de impulsos, sufocamentos e temores, ah! o ruído terrível que fazem as infelizes botas dos policiais (DELIGNY, 2020, p. 109).

Assim, o discurso em defesa das crianças cai por terra quando percebemos que algumas infâncias não merecem proteção, mas antes nessa visão precisam ser protegidas dos seus próprios atos e precisam ser colocadas novamente na ordem natural das coisas, tornando-se produtivas para o “Cistema”¹². Essas crianças (in)domáveis das quais eles se protegem, precisam ser apagadas e destituídas de sua própria identidade, já que o que está em jogo não é a defesa da criança, mas a defesa da lógica adulta da cisheteronormatividade ou, segundo Preciado (2020, p. 71), “o futuro da nação heterossexual”, a moral e os bons costumes. Assim, se as crianças representam por si só uma ameaça à cultura adulta (CORSARO, 2011), as infâncias (dissidentes e menores) representam uma dupla ameaça para a lógica da cisheteronormatividade, branca e desigual.

Ao que se trata das crianças tidas como menores, em sua maioria negras e pobres, os comentários que vemos na internet dizem respeito a diminuição da maioridade penal e até mesmo a pena de morte.¹³ Esse pensamento está em consonância com a ideia de que, ao cometer uma infração, ou simplesmente por ser negra, a criança passa a ser vista como marginal e delinquente. Assim, muitos dos paternalistas e autoritários ao se referirem às crianças menores e dissidentes dizem: “tem que pagar pelos seus atos”, “se podem roubar e falar sobre sexualidade já podem trabalhar também”.

Houve, recentemente, o caso da skatista Raisia, que com 13 anos, garantiu medalha de prata nas Olimpíadas de Tóquio para o Brasil. Vimos imensa comoção social em torno de duas questões que, aqui, gostaríamos de salientar. A primeira é o gênero da jovem somado a prática do skate, esporte que já foi proibido no Brasil e é costumeiramente compreendido como praticado “por meninos maginais”, que distancia sua figura da ideia de inocência. A segunda é a profissionalização e o rigor dos treinamentos físicos e competitivos na infância e juventude, fato que levou o Deputado Federal Sostenes Cavalcante (DEM-RJ) a citar a conquista de Rayssa para defender o trabalho infantil, acreditando que por ela ocupar esse espaço poderia ser destituída da sua infância. Segundo as palavras do deputado conservador, “as crianças brasileiras de 13 anos não podem

12 A utilização da palavra “Cistema” é uma forma de evidenciar que o sistema social é cisheteronormativo.

13 Para maiores informações, o assunto é aprofundado na dissertação de uma das autoras do presente texto. A saber, MARQUES, Laís Jacques. **Entre cenas e grades: o teatro no regime socioeducativo**. 2021. (146 p.) Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Pós-Graduação em Teatro, Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00008c/00008c0f.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

trabalhar, mas a skatista Rayssa Leal ganhou a medalha de prata nas Olimpíadas...Ué! É pra pensar...Parabéns a nossa medalhista olímpica! E revisão do Estatuto da Criança e Adolescente já!”

Ela ocupou um lugar incomum para seu gênero e para sua faixa etária e a fala do deputado demonstra que toda e qualquer ação das crianças que fuja da ideia da criança inocente abre brechas para o apagamento da infância desse sujeito e sua realocação como adulto que já pode trabalhar e responder por seus atos. O sistema capitalista quer tornar todo corpo produtivo, ou se segue as normas e as etapas de desenvolvimento, e pague pelos seus atos através da privação de liberdade ou do trabalho braçal (DELIGNY, 2015). Ou ainda, com relação as identidades dissidentes, o pagamento se dá através do preconceito, da discriminação e até da morte (assassinato ou suicídio).

Nesse sentido, o que percebemos é que as crianças menores e dissidentes, antes de serem protegidas e vistas como crianças com infâncias singulares, são na verdade reconhecidas como adultos em miniatura, os quais devem se tornar úteis ao sistema, já que por infringirem as leis morais, sociais e comportamentais, abriram mão da infância como tempo de inocência. Assim, o que se evidencia é que a concepção de infância, criança e juventude que permeia o imaginário social diz mais sobre os adultos que as governam do que sobre os próprios sujeitos infanto-juvenis, uma vez que, segundo Preciado, os conservadores jogam com “[...] a vantagem de a criança não ser considerada capaz de rebelar-se politicamente contra o discurso dos adultos: a criança continua a ser considerada um corpo que não tem o direito de governar” (2020, p. 70).

Em relação a esse pensamento, aqui propomos uma inversão do olhar pois percebemos que se a criança/jovem não tem o direito de governar, torna-se alvo de governo. Sobre o adestramento dos corpos praticado pelas instituições que as governam - e abrimos brecha para incluir não só a internação do sistema socioeducativo mas as próprias escolas com seus uniformes, filas, currículos, etc. -, o cientista social brasileiro Acácio Augusto, na obra *Política e Polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens* (2013), analisou etnograficamente um centro de aplicação de medidas socioeducativas destinado a “ressocializar” jovens em conflito com a lei em São Paulo - SP. Segundo ele:

Foi uma etnografia não dos meninos e meninas que cumpriram medida socioeducativa em meio aberto, mesmo que por instantes descrevesse os efeitos produzidos neles, mas foi, sim, uma etnografia da aplicação dessas medidas, das relações entre governo e sociedade civil na administração desses casos e da expansão do encarceramento e do governo das polícias nas

periferias, tomadas como campo de concentração a céu aberto e de conformação de uma subjetividade assujeitada, uma subjetividade que, de um lado, reativa as práticas do fascismo cotidiano, como apontara Foucault no pós-Segunda Guerra, e de outro, dissemina uma conduta policial própria do policial-cidadão na sociedade de controle. (AUGUSTO, 2013, p. 163).

A relação que Augusto defende relativa ao atravessamento entre o universo adulto e o jovem interpelam o policiamento deliberado do primeiro, sendo as pessoas adultas comumente encaradas, auto intituladas, como detentoras de saberes, de verdades pré estabelecidas e inquestionáveis. Se uma figura jovem questiona, a figura policial-cidadã intervém ditando ordens, esbanjando autoridade. Na obra fica nítido o papel da polícia no adestramento da sociedade. Segundo ele, as noções maniqueístas de certo e errado já atravessaram nossos corpos e imaginários a ponto de se fazerem desnecessários policiais. Todas somos vigias, todas somos policiais sociais e em tempo integral (AUGUSTO, 2013).

Quanto ao gênero e a sexualidade das crianças, antes mesmo de nascerem, a elas são designados um gênero normativo (homem-masculino/mulher-feminina) e, assim, uma série de expectativas e projeções são criadas, mesmo que inconscientemente, sob seus corpos e suas identidades. Uma vez que, segundo Preciado:

[...] A criança é um artefato biopolítico que permite normalizar o adulto. A polícia de gênero vigia os berços para transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual ou a morte o espera. A norma faz a ronda ao redor dos recém-nascidos, exige qualidades femininas e masculinas distintas da menina e do menino. Modela os corpos e os gestos até desenhar órgãos sexuais complementares. Prepara e industrializa a reprodução, da escola ao parlamento. A criança que [os paternalistas dizem proteger] é o filho dessa máquina despótica: um naturalista miniaturizado que faz campanha pela morte em nome da proteção da vida (2020, p. 71).

Deste modo, ao nascer, as crianças são inseridas em processos que as constroem socialmente ao passo que vigiam seus atos e comportamentos, reiterando, reafirmando e naturalizando uma imposição designada pelo sistema sexo-gênero antes mesmo do nascimento. Esse processo de corporificação social das normas e das práticas sociais (CONNELL; RAEWYN, 2015) por parte das crianças inscreve em seus corpos os códigos, condutas e papéis sociais aceitos pela cultura hegemônica. Podemos perceber que antes de nascer o corpo das crianças já é “generificado” (CONNELL; RAEWYN, 2015, p. 18) a partir de um processo de corporificação da cultura em que ele será inserido, o que impossibilita que as crianças experimentem novos arranjos de gênero e vivam suas identidades, desejos e vontades em liberdade.

Percebemos que o gênero se apresenta como “[...] uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura. É uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até a sobrevivência”. (CONNELL; RAEWYN, 2015, p. 25). Sabemos que o gênero diz respeito a todos os sujeitos. É dado que grande parte das ordens de gênero nas diferentes sociedades privilegia os homens, promovendo desigualdades e desvantagens nas relações entre homens e mulheres, meninos e meninas, assim como em relação a outros arranjos tidos como anormais.

Nessa perspectiva, segundo Connell e Raewyn, “[...] vemos emergir na política do gênero um novo domínio” (2015, p. 26), que opera o governo dos corpos e das subjetividades, principalmente das crianças, num processo de manutenção das desigualdades de gênero e das imposições socialmente construídas sobre seus corpos.

Partindo dessas compreensões, percebemos que, na visão social, tanto as crianças menores como as dissidentes são vistas como infratoras das leis e normas estabelecidas. A primeira infringe as leis judiciais e criminais, enquanto a segunda infringe as leis morais da cisheteronormatividade. Nesse aspecto, é possível perceber que essas infâncias tidas como “anormais” e (des)viadas das normas e condutas moralmente investidas, evidenciam uma série de cercamentos de gênero, proibições, desigualdades, processos de silenciamento e apagamento sistemático dessas vozes infante juvenis.

A infração dessas duas ordens autoriza a sociedade a destituir as crianças de suas infâncias e adolescências, inferindo poder sobre suas vidas ao inseri-las em processos de regularização em que o último fim é a morte, seja do corpo ou da identidade. Assim, as crianças que infringem as leis morais da cisheteronormatividade, apenas pela simples existência, são punidas com o apagamento da sua infância, como a criança pobre que passa a ser tomada como menor, ou melhor, a partir da imagem de um adulto em miniatura. Essas crianças, são aquelas que socialmente não tem e não merecem proteção, pois para muitas elas “abriram mão” da inocência da infância ao desviar das normas e leis e ao evidenciar em seus corpos e vivências temáticas e problemáticas vistas socialmente como pertencentes ao universo adulto.

AINDA HÁ MUITO PARA SER FEITO: PARA NÃO CONCLUIR

Sem vistas a concluir as discussões – porque estamos vivas e nossa tarefa enquanto pessoas pesquisadoras é denunciar esse estado de coisas que favorece poucos, portanto seguiremos escrevendo até que a realidade se modifique –, compreendemos a partir dos pressupostos apresentados aqui que algumas crianças são vistas como aquelas que não merecem ter infância e não valem a pena. Entretanto, a infância é uma categoria social permanente (SARMENTO, 2005). Quem se modifica dentro da categoria são as pessoas, o período histórico e a classe social a qual pertencem, mas a categoria infância permanece.

Ou seja, independente das políticas normatizadoras, que apregoam a liberdade de seres sociais, a infância continua existindo, por mais miserável que seja. E se a infância permanece, é este tipo de infância miserável e oprimida que queremos continuar mantendo? Quais sementes plantaremos e quais daninhas precisaremos arrancar da terra para que o estado de coisas se modifique? Relembramos Deligny:

Para nós, acolher um moleque não é livrar a sociedade dele, eliminá-lo, reabsorvê-lo, docilizá-lo. É em primeiro lugar revelá-lo (como se diz na fotografia). E, por ora, azar das carteiras descuidadas, dos ouvidos acostumados com as amenidades mundanas, dos azulejos frágeis e caros. Azar do bairro que nos olha do alto, cujas casas espaçosas acham que isso tudo deveria ficar em outro lugar e cujos proprietários estão prontos para denunciar um atentado ao pudor quando veem um dos nossos delinquentes mijando em uma árvore. Azar das frutas que a proprietária guardava para as suas geleias e das flores cultivadas para os seus túmulos, azar daqueles que querem que a infância rime com inocência. Azar do bando de solteironas que, periodicamente, faz em grupo o passeio da reeducação (com vista para o atentado aos bons costumes em dia ensolarado) (DELIGNY, 2015, p. 41).

O que as crianças, dissidentes e menores trazem à tona em seus corpos são marcadores sociais muitas vezes desconsiderados nas análises e estudos que se pautam nos problemas individuais e nas identidades particulares. Isso porque, seja no processo de encarceramento das crianças menores, ou no apagamento das crianças dissidentes, o que ocorre é a descontextualização dessas crianças. Ou seja, o neoliberalismo reduz problemáticas sociais a problemas individuais como forma de culpabilizar os sujeitos. Fazendo isso, os sujeitos desviantes passam a ser vistos como problemas isolados, que precisam ser resolvidos, adequados e normalizados antes que influenciam outros sujeitos, sem levar em conta os aspectos estruturais e estruturantes da sociedade.

Desse modo, é possível perceber a partir dos corpos, identidades e vivências dos sujeitos menores e dissidentes a falta de oportunidades, liberdade e expressão, as desigualdades sociais, econômicas e jurídicas, o racismo e o machismo estrutural, as imposições binárias de gênero e sexualidade, a heteronormatividade compulsória etc. Contudo, esses processos estão fadados ao fracasso pois sabe-se que os métodos não são capazes de reeducar um jovem infrator, assim como é impossível tirar a bala da dissidência do peito de uma criança desviante do sistema sexo-gênero (PRECIADO, 2020).

Se esses processos são fracassados, como visualizar no teatro potência para oferecer espaços de protagonismo? A partir da descoberta e da visibilização desses sujeitos? Da criação de espaços outros, autônomos, que promulguem o apoio mútuo, para que exponham suas narrativas e vivências? Se esse sistema foi construído a partir da exploração, pode muito bem ser deteriorado a ponto de que tenhamos liberdade e autonomia para criarmos um novo mundo e um novo modo de viver as infâncias todas. O tempo pede rupturas com as tradições e práticas normatizadoras e nesse campo de barbárie, podemos e devemos utilizar do teatro como ação de combate. Estejamos também constantemente na luta, afinal, “eles dizem crise. Nós dizemos revolução”.¹⁴

Esse é o nosso papel em meio ao caos social, político, sanitário e cultural, fazer da arte nossa arma revolucionária. E se no meio disso tudo ainda somos vistos como os piores, os vagabundos, cabe lembrar que “os melhores carecem de toda convicção, enquanto os piores estão cheios de intensidade apaixonada”¹⁵. E se por acaso somos os piores “a revolução terá de ser feita, mais uma vez, pelos piores.”¹⁶

E já que não encerraremos, por hora, nos despedimos com a pedagoga brasileira Maria Lacerda de Moura (1888 - 1945)¹⁷. “A juventude promete. A idade madura se

14 PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano: crônicas de travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 48.

15 Poema “The Second Coming”, William Butler Yeats trecho in PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano: crônicas de travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 43.

16 PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano: crônicas de travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 43.

17 Pedagoga brasileira e anarquista revolucionária, em obra destinada a analisar os feitos do pedagogo espanhol erradicado e assaninado no Brasil, Francisco Ferrer Guardia (1859 - 1909) - morto em praça pública durante intervenções militares acusado de escandalizar a educação tradicional com sua Escola Moderna: Ferrer, o Clero Romano e a Educação laica (1934).

acovarda na apostasia do caráter, no abastardamento do respeito a si mesmo” (MOURA, 1934, p. 20). Com as palavras de Moura esperamos (não sentadas, isto jamais!) dar cabo do abastardamento e da covardia da vida adulta e começamos em nós e por nós, de baixo para cima. Avante!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Acácio. *Política e polícia: Cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BARBOSA, Adriza Santos Silva; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. Infância ou infâncias?. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 245-263, set./dez. 2017. Acessado em 09.12.21. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017245>.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 2008.

BOAL, Augusto. *A estética do oprimido: reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico*. São Paulo - SP: Garamound. 2008.

CORSARO, William A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELIGNY, Fernand. *O aracniano e outros textos*. Tradução Lara de Malimpensa. São Paulo: n-1 edições, 2015.

DELIGNY, Fernand. *Semente de crápula: conselhos aos educadores que gostariam de cultivá-la*. São Paulo - SP: N-1 edições, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis - RJ: Vozes, 40. ed. 2014.

HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza M. de F. *De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento? Algumas reflexões*. *Psic. da Ed.*, São Paulo, v. 25, p. 75-92, 2007.

MARQUES, Laís J. *Entre cenas e grades: O Teatro no regime socioeducativo*. 2021. 146 p. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Teatro, Florianópolis, 2021.

MARQUES, Laís Jacques; CONCILIO, Vicente. Os primeiros contatos de jovens em privação de liberdade com o ato de assistir teatro. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 132-139, nov. 2021. ISSN 2359-2494. Disponível em:

<<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1266>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MOURA, Maria L. *A mulher é uma degenerada*. 1924. Tenda de livros, Ed. 2018.

PASSETTI, Edson. *O que é Menor?* São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção 152 primeiros passos, 3a ed. 1987.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas de travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago., 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância in: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. (Org.) *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências, In: Manuel Jacinto e Gouvêa, Maria Cristina Soares de (org.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes, p. 17-39, 2009.

VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.) *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007.